

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

RENATA RHARIADINYS ROCHA DE OLIVEIRA

**SEXUALIDADE E SÍNDROME DE DOWN:
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO**

MARINGÁ

2011

RENATA RHARIADINYS ROCHA DE OLIVEIRA

**SEXUALIDADE E SÍNDROME DE DOWN:
A IMPORTÂNCIA DO ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Rose Maio

MARINGÁ

2011

AGRADECIMENTOS

Este percurso foi lindo, o aprendizado uma fonte de renovação. Porém, confesso que por várias vezes encontrei pedras no caminho, nelas até tropecei, mas em toda esta trajetória pude contar com pessoas que foram essenciais nesta caminhada e me serviram de alicerce para que o meu sonho um dia se tornasse realidade. Portanto, dedico este trabalho:

A Deus, pelo dom da vida, pela força e coragem que me concedeu;

Ao meu amado esposo Paulo Henrique, que esteve sempre ao meu lado, me dando forças, amor e carinho. Sou grata por sua paciência e dedicação;

Ao meu pai Ismael e minha mãe Nilda, meus exemplos, meus guerreiros, que sempre me incentivaram e mostraram o caminho correto. Obrigada de coração;

Ao meu irmão, cunhada e sobrinhos que a todo o momento torceram por mim;

Ao meu sogro e sogra, que também se mostraram essenciais neste percurso;

À minha sobrinha Kezia, uma guerreira e um grande exemplo de superação;

Aos meus tios, tias e primos, que com carinho torceram pela minha vitória;

À minha vovó Maria Maronez, que nos deixou tão cedo, quanta saudade;

À minha vovó Helena, que sempre me incentivou a estudar, mesmo longe, está sempre em meu coração;

A todos os meus familiares pelo carinho e incentivo;

À minha amiga irmã Andréa, que tem uma importância imensurável nesta trajetória, obrigada de coração por me fazer sorrir, por não me deixar desanimar, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos. Sou grata por sua amizade;

À Eliane Maio, minha orientadora, que também tem importância fundamental para a realização deste sonho. Agradeço de coração por suas contribuições valiosas.

A todos e todas, meu sincero reconhecimento.

SEXUALIDADE E SÍNDROME DE DOWN: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO

Renata Rhariadinys Rocha de Oliveira¹

Dra. Eliane Rose Maio²

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar a importância do ensino de sexualidade a adolescentes com Síndrome de Down, evidenciando a contribuição desta temática tanto no trabalho do educador quanto da família, desmistificando os tabus que perpassam este tema. Os dados desta pesquisa foram colhidos por meio de uma entrevista semi-estruturada aplicado a três mães e quatro educadoras de adolescentes com Síndrome de Down, em uma instituição localizada na cidade de Maringá, Estado do Paraná, e apontam para uma crescente necessidade de se abordar esta temática na área educacional tanto para a orientação destes adolescentes, quanto para uma melhor capacitação dos educadores que estão inseridos nesta instância.

Palavras-chave: Ensino. Sexualidade. Síndrome de Down.

ABSTRACT

This conclusion of course work is to analyze the importance of sexuality education for adolescents with Down Syndrome, highlighting the contribution of this issue both in the work of the educator and the family, to demystify the taboos that permeate this issue. Data from this study were collected through a semi-structured questionnaire applied to three mothers and four teachers of adolescents with Down syndrome, in an institution located in the city of Maringa, Parana, and point to a growing need to address this issue in education for both the orientation of these adolescents, as better training of educators who are entered in this instance.

Key-words: Teaching. Sexuality. Down Syndrome.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Trabalho de Conclusão de Curso, 2011.

² Orientadora. Psicóloga, Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação – UEM.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é um fato constituinte de todo o indivíduo e o modo como a compreendemos é uma construção histórica, pois perpassou toda uma construção cultural e social. Deste modo,

[...] a sexualidade nasce e morre conosco, transformando-se com a idade, em experiências e acontecimentos de nossa vida. Diante dessa verificação, é preciso afirmar que a sexualidade, direito intrínseco ao ser humano, não pode ser abolida ou marcada pela sociedade [...] (PINEL, 1999 apud MAIA, p.119).

Sexualidade já é um tema bastante polêmico, porém quando o assunto está relacionado a pessoas com deficiência, em especial com Síndrome de Down que é o foco deste trabalho, o assunto se torna ainda mais complexo e permeado de tabus, pois está intimamente relacionado com os valores sociais e culturais e estes são extremamente individuais.

Assim,

[...] se com frequência não é fácil abordar o tema da sexualidade humana em circunstâncias normais, ele se torna muito mais complexo no caso das pessoas com deficiência intelectual. A presença da sexualidade nesse segmento da população foi vista quase sempre antes como um problema do que como um atributo humano positivo (AMOR PAN, 2003, p.47).

Entendendo a complexidade deste tema, optou-se em aprofundar os conhecimentos na área da sexualidade e da deficiência, concretizando esta aprendizagem na forma de um trabalho de conclusão de curso, principalmente por estas temáticas – sexualidade e deficiência mental – que não são estudadas no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

Primeiramente, realizamos um levantamento bibliográfico, selecionando autores que trabalham com as definições de sexualidade, Síndrome de Down, bem como autores que elencam os mitos relacionados a esta temática e a necessidade de trabalhá-la na área educacional.

Tendo por base os conhecimentos adquiridos a partir das leituras dos materiais bibliográficos, assim como as discussões acerca desta temática, se tornou possível delimitar o problema de pesquisa. O cerne deste trabalho seria, então, compreender como os pais e educadores se posicionam frente a sexualidade dos adolescentes com Síndrome de Down e, a partir destes dados, evidenciar a necessidade de trabalhar esta temática no âmbito

educacional, enfatizando a importância destes estudos no curso de formação docente, além de abordar uma temática que não é tratada no curso de graduação. Para melhor compreensão do objeto deste trabalho, é necessário uma breve contextualização explicitando os conceitos norteadores para o entendimento deste tema.

2 SEXUALIDADE E SÍNDROME DE DOWN: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Roland (2003 *apud* SILVA JUNIOR, 2008) considera a sexualidade, como uma das identidades sociais que marcam as “subjetividades”, pois é fruto de uma teia de processos sociais, culturais e históricos. Tais aspectos são tão complexos, que ao longo do tempo vão sendo reinterpretados, assumindo diferentes posições e significados, para diferentes pessoas, ou seja, a sexualidade é uma parte integrante da vida do sujeito que perpassa toda uma construção social e, portanto, compreendida de diversas maneiras.

Devido a este fato, Braga (2008) evidencia que a compreensão e a expressão da sexualidade é permeada de tabus, preconceitos e mitos, que contribuem de forma efetiva para a estruturação das atitudes e comportamentos sexuais das pessoas.

A partir destes expostos, compreendemos que a sexualidade está vinculada aos fenômenos sociais e culturais:

[...] as práticas sociais de controle, proibição e permissão do sexo são antiqüíssimas, porém o estudo de seu sentido, de suas causas, de suas variações no tempo e no espaço é um estudo recente, não sendo casual que os dicionários registrem como tardio o surgimento da palavra sexualidade, momento em que o termo sexo passa a ter um sentido muito ampliado, especialmente quando os estudiosos passaram a distinguir e diferenciar entre necessidade (física, biológica), prazer, (físico, psíquico) e desejo (imaginação, simbolização) (CHAUÍ, 1984, p.11 *apud* BRAGA 2008, p. 26).

Para Maia e Ribeiro (2009) a sexualidade integra a personalidade humana, sendo um conjunto que envolve os aspectos de ordem física, emocional, psicológica e social. Com relação a esta definição, Anderson (2000 *apud* MAIA; RIBEIRO, 2009) esclarece que a sexualidade se expressa a partir de um conjunto de fatores como sensualidade, identidade, intimidade, vida reprodutiva e sexual. Porém, em muitas vezes, a sexualidade ainda se confunde com o sexo.

Sobre este assunto, é preciso diferenciar a sexualidade e o sexo. Desta maneira,

[...] a sexualidade, no nosso entender, é um conjunto de fatos, sentimentos e percepções vinculado ao sexo ou à vida sexual. É um conceito amplo que envolve a manifestação do impulso sexual e o que dela é decorrente: o desejo, a busca de um objeto sexual, a representação do desejo, a elaboração mental para realização do desejo, a influência da cultura, da sociedade e da família, a moral, os valores, a religião, a sublimação, a repressão [...] (RIBEIRO, 2005, p.18 *apud* MAIA; RIBEIRO, 2009, p.11).

Em seguida, apresenta-se o conceito de sexo.

Já o sexo é um conjunto de práticas, atitudes e comportamentos vinculados ao ato sexual, resultante das concepções existentes sobre este ato sexual. O conceito de sexualidade só foi criado no século XIX e está voltado para o saber. A sexualidade refere-se a um saber sexual que é decorrente da incitação à manifestação sexual verbal e escrita que foi acentuada no século XIX, enquanto o sexo está voltado para o fazer – as práticas e atitudes sexuais no cotidiano do indivíduo e dos grupos. Tanto a significação da sexualidade quanto a prática do sexo são construídos culturalmente (Ribeiro, 2005, p.18 *apud* MAIA; RIBEIRO 2009, p.11).

Maia e Aranha (2009) também tecem suas contribuições evidenciando que pode-se entender a sexualidade como um conjunto de concepções e valores que envolvem a intencionalidade humana e a expressão afetiva de caráter social e histórico. A sexualidade engloba uma amplitude de condutas humanas que vai além de sua genitalidade. Além disso, não deve ser entendida estritamente como sinônimo de sexo, relação sexual, orgasmo, órgãos sexuais. Contudo, deve ser compreendida em sua dimensão mais ampla e cultural, que se estende ao amor, aos relacionamentos afetivos e sexuais, à sensualidade, ao erotismo, ao prazer e a todas as expressões que configuram a identidade e os papéis sexuais.

A partir destas definições pode-se compreender que a sexualidade não se relaciona restritamente à conduta ou à relação sexual do indivíduo, mas se relaciona também, com todas as situações que remetem e proporcionam prazer. Neste sentido,

[...] a sexualidade é um termo também do século XIX, que surgiu alargando o conceito de sexo, pois incorpora a reflexão e o discurso sobre o sentido e a intencionalidade do sexo. É um substantivo abstrato que se refere ao “ser sexual”. “Comumente é entendido como “vida”, “amor”, “relacionamento”, “sensualidade”, “erotismo”, “prazer” (GUIMARÃES, 1995 *apud* RIBEIRO; FIGUEIRÓ, 2006 p.71).

Partindo deste viés Giddens (1993, p.25 *apud* BRAGA 2008, p.28), afirma que a sexualidade nos dias de hoje tem sido descoberta e revelada a partir de estilos de vida bastante diversos, ou seja, a sexualidade,

[...] é algo que cada um de nós “tem”, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido. De algum modo, que tem de ser investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do **eu**, um ponto de conexão primário entre o corpo, a auto-identidade e as normas sociais (grifos do autor, GIDDENS, 1993, p.25 *apud* BRAGA 2008, p.28).

Segundo Braga (2008), a sexualidade não deve ser entendida tendo como parâmetro de base, um conjunto de ideias fixas, pré-determinadas, assim como não pode ser estudada individualmente, como exemplo de diversidade e diferença.

Na visão de Maia e Ribeiro (2009) tratar de sexualidade já é bastante polêmico. No entanto, quando a mesma está relacionada à deficiência, o assunto se torna ainda mais complexo, pois a sexualidade está vinculada a uma teia de tabus, de valores e concepções de cunho pessoal e também cultural, sendo que esta teia é que irá facilitar ou não a forma de agir mediante a vida sexual e afetiva.

Por conseguinte, Chauí (1984 *apud* BRAGA 2008, p.50) relaciona toda esta teia de tabus, valores sociais e culturais com a contribuição para a formação de um entendimento que visa à repressão sexual, que por sua vez controla o exercício da sexualidade lhe impondo padrões e valores. Para a autora, esta repressão sexual pode ser considerada como

[...] um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, pois, como inúmeras expressões sugerem o sexo é encarado por diferentes sociedades (e particularmente pela nossa) como uma torrente impetuosa e cheia de perigos (CHAUÍ, 1984 *apud* BRAGA 2008, p.50).

Chauí (1984 *apud* BRAGA 2008) ainda enfatiza que estes padrões que norteiam a vida sexual das pessoas e indicam o que é moralmente aceito ou não, no âmbito social e cultural, levam a um controle dos comportamentos sexuais.

Para o entendimento destes aspectos acima citados se torna necessário enfatizar que

[...] embora muito relacionada à contenção e à violência simbólica ou física, a repressão aparece nos discursos proibitivos, quanto aos permissivos. Na medida em que, tanto as proibições (“não faça isso”) quanto às permissões (“você deve fazer isso”; “você deve ser assim”) se tornam regras, imposições sociais para a adequação das pessoas para que atinjam a promessa da felicidade eterna. Essa felicidade prometida está nos moldes ideológicos de uma cultura que discrimina o imperfeito, o diferente, segundo seus julgamentos de normalidade (MAIA, 2006 *apud* BRAGA, 2008, p.50).

Neste aspecto, Almeida (2008) afirma que o desejo sexual aparece com a adolescência, no qual o corpo passa a sofrer mudanças, necessitando de adaptações, de uma mudança de relações e, também, de uma independência dos pais.

Assim, Maia e Ribeiro (2009) aludem que a polêmica em torno deste tema se relaciona de forma efetiva com os parâmetros de “normalidade” a nós estabelecidos quando o tema em questão é a sexualidade. No entanto, muitas vezes ou na maioria delas, não são consideradas as diferenças entre as pessoas. Isto é, segundo a sociedade para ter a “felicidade”, é necessário estar dentro dos padrões estabelecidos, padrões estes, que a mesma entende como “normal”, uma vez fora destes padrões o indivíduo está sujeito a uma cultura que discrimina o “imperfeito”, considerando-os inadequados socialmente. Deste modo, o objetivo do trabalho é a busca por desmistificar esta idéia equivocada.

Almeida (2008) explica que as pessoas com Síndrome de Down não querem apenas se masturbar, ou ter relações sexuais, ou exibir seus órgãos genitais que se modificaram e tornaram-se maduros. Na maioria das vezes, tiram as roupas para mostrar as modificações do seu corpo de uma forma saudável, porém, impulsiva, desorganizada, sem limites. O que estes precisam é formar a sua própria identidade adulta e terem a possibilidade de dispor de seus desejos, de suas vontades de maneira madura. Isto pode levar ao ato de namorar e até casar, não podendo em nenhum momento ser entendido como um distúrbio de conduta.

A obstinada proibição social e cultural de ter acesso ao mundo dos adultos, que se manifesta (inconscientemente) em todas as pessoas com deficiência mental, especialmente nos casos das pessoas com Síndrome de Down, faz com que diante de tal perspectiva elas se convertam na própria evidencia de uma proibição de crescer, da qual somos todos totalmente cúmplices. A partir deste ponto de vista o jovem com Síndrome de Down, pode ser assumido como o protótipo bastante emblemático de todos os jovens com deficiência, que, podendo converter-se simplesmente em homens, permanecem retidos em uma infância sem fim (MANTOBBIO, 2004 *apud* ALMEIDA, 2008, p.3).

Buscando sinalizar de uma melhor forma o objeto deste trabalho, far-se-á uma breve contextualização, explicitando os fatores que resultam a Síndrome de Down, sendo esta, um conjunto de sinais e sintomas que a caracterizam como um caso clínico.

Conforme nos trazem Damasceno; Cunha; Streit (2005), a trissomia do 21, também conhecida como Síndrome de Down, se define como sendo uma anormalidade cromossômica que se caracteriza por uma série de sinais e sintomas.

Em 1959, o médico Lejeune e seus colegas, descobriram que a maioria dos pacientes que apresentava Síndrome de Down, possuía 47 cromossomos, e que o membro extra, era um

cromossomo³ pequeno que foi então denominado como cromossomo 21 (THOMPSON, 1993 *apud* DAMASCENO; CUNHA; STREIT, 2005).

A partir de então, as autoras constataram que

[...] a Síndrome de Down é uma alteração genética que ocorre na formação do feto mais especificamente no período de divisão celular. A maioria dos casos de portadores da trissomia do 21 é causada pela não-disjunção, resultando em um cromossomo extra (DAMASCENO; CUNHA; STREIT, 2005, p.2).

Porém, há casos de indivíduos com Síndrome de Down que apresentam anormalidades cromossômicas com um número normal de cromossomos, pois o erro genético acontecerá em algumas células que possuem o cariótipo normal, mas que contém erros genéticos denominados como Mosaicismo⁴ e Translocação⁵ (THOMPSON, 1993 *apud* DAMASCENO; CUNHA; STREIT, 2005).

Travassos (2008) contribui para o entendimento deste conceito enfatizando que a Síndrome de Down é o resultado de um acidente genético, no qual diferentemente dos 23 pares de cromossomos que constituem o genótipo humano, se excede um material cromossômico ligado ao par de cromossomos 21 em todas as células, devido a este erro genético a Síndrome de Down também é conhecida como trissomia do 21. Os autores explicam que a Síndrome de Down ocorre independente de etnia ou classe social e atinge, em média, um a cada oitocentos nascimentos, sendo que este índice se eleva conforme o aumento da idade materna.

A Síndrome de Down apresenta um atraso no desenvolvimento, junto a isso, se acarretam outros problemas clínicos como hipotonia (redução da força muscular), problemas auditivos, problemas de visão, cardiopatia congênita (anormalidade da estrutura, ou função do coração), distúrbios da tireóide, problemas neurológicos e envelhecimento precoce, como aponta Travassos (2008).

³ Cromossomo: material nuclear, condensado em uma série de organelas em forma de bastão. Para maiores detalhes ver TRAVASSOS, F. Rodriguez. **O que é a Síndrome de Down.** Disponível em: <<http://www.portalsindromededown.com.br/orquesd.php>>.

⁴ Mosaicismo: presença em um indivíduo ou tecido de pelo menos duas linhagens celulares, que se diferem geneticamente, porém provem de um único zigoto. Para maiores esclarecimentos TRAVASSOS, F. Rodriguez. **O que é a Síndrome de Down.** Disponível em: <<http://www.portalsindromededown.com.br/orquesd.php>>.

⁵ Translocação: ocorre quando o cromossomo 21 se liga a outro cromossomo. Para melhor entendimento ver TRAVASSOS, F. Rodriguez. **O que é a Síndrome de Down.** Disponível em: <<http://www.portalsindromededown.com.br/orquesd.php>>.

Para Maia e Ribeiro (2009), é importante frisar que há uma variação entre as pessoas com Síndrome de Down, ou seja, elas não são idênticas, e nem se desenvolverão de forma idêntica, pois fatores genéticos individuais, assim como diferentes contextos de vida, influenciarão de forma positiva (ou não) no desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo.

Deste modo, Travassos (2008) esclarece que a Síndrome de Down apresenta características específicas, que geram uma marca de condição física caracterizadas por olhos amendoados, prega transversal única nas mãos, dedos e pescoço curtos dentre outras especificidades, que se tornam visíveis socialmente. Tal condição pode gerar uma maior dificuldade entre os relacionamentos sociais, conseqüentemente, podem ser tratadas com discriminação e preconceito.

Contudo, é necessário compreender que mesmo que comum, a incidência de Síndrome de Down nas famílias causa reações inesperadas, pois nem sempre o diagnóstico é aceito. Sobre isto Damasceno; Cunha; Streit (2005, p.5) afirmam que

Alguns pais verbalizam sua rejeição à criança, alguns rejeitam, embora façam uma grande exibição de preocupação e aceitação, e alguns parecem aceitar o bebê honesta e abertamente, e torna a refazer parte da família. A maioria dos pais e irmãos aceita o bebê com o decorrer do tempo e desenvolvem um amor e interesse genuínos (DAMASCENO; CUNHA; STREIT; 2005, p.5).

É de suma importância enfatizar que tanto o despreparo familiar, quanto o preconceito e a discriminação estão arraigadas em nossa sociedade na atualidade. Visando quebrar estas barreiras é que há o empenho em direcionar este trabalho e evidenciar a necessidade de desmistificar alguns tabus e preconceitos acerca desta temática, buscando de fato contribuir para que estes indivíduos também possam partilhar de experiências desejáveis, se relacionando com as coisas do mundo e consigo próprio. Além disso, é necessário enfatizar a importância que estudos ligados à sexualidade sejam discutidos nos cursos de formação docente, principalmente no de Pedagogia.

Explicitado o conceito tanto da sexualidade quanto da Síndrome de Down, adentra-se a uma necessidade existente nesta temática, que é a busca de desmistificar alguns tabus que perpassam este tema, ou seja, equívocos de uma construção ideológica errônea acerca dos indivíduos com Síndrome de Down, que tem por conseqüência a disseminação de uma teia de preconceitos.

Para Amor Pan (2003), a deficiência intelectual, com foco à Síndrome de Down deve ser encarada de forma realista e humana, devendo ter clareza de que estes indivíduos são

peessoas iguais a todas as outras e que também têm suas potencialidades, seus desejos e suas vontades.

Entretanto, na realidade os fatos não se encaminham desta forma, pois quando a sexualidade está relacionada com a Síndrome de Down, ou com alguma outra deficiência, a sociedade simplesmente nega a existência desta expressão.

Amor Pan (2003, p.19) contribui afirmando que

[...] a sexualidade é uma dimensão nuclear do ser humano. No entanto, amplos estratos da sociedade negam de fato a sexualidade destas pessoas. Esquece-se de que o simples fato da existência torna a pessoa sexuada e sexual [...] (AMOR PAN, 2003, p.19).

De acordo com Maia e Ribeiro (2009), em grande escala se evidenciam pensamentos equivocados acerca desta temática, crenças errôneas são construídas e disseminadas até mesmo pelos pais, familiares e pelos professores, propiciando uma visão distorcida da vida sexual e afetiva destas pessoas. Por esta razão, [...] as pessoas com necessidade intelectual continuam a ser grandes desconhecidas. Por essa razão para melhorar sua situação, a primeira coisa a fazer é desmontar os mitos existentes, fruto desse desconhecimento [...] (AMOR PAN, 2013, p.19).

Neste contexto, Maia (2006) traz que nos estudos realizados pelos autores Giami e D'Allones, em 1984, observaram dois tipos de mitos relacionados à sexualidade das pessoas com deficiência, mitos que se formam em torno de ideários que entendem as pessoas com Síndrome de Down, ora como sendo assexuadas – não têm sexualidade, sendo entendidas como angelicais –; ora como hiperssexuadas – possuem uma sexualidade exacerbada, pelo fato de ocorrerem frequentemente comportamentos considerados inadequados socialmente.

Procurando quebrar este mito, Maia (2006) esclarece que pensar que pessoas com deficiências intelectuais são assexuadas é um modo de desconsiderar a possibilidade das mesmas expressarem sua afetividade, seus relacionamentos. Isto é, entendê-las como assexuadas é negar-lhes o direito que é dado a todos de constituírem uma família, o que reforça a idéia de “eterna infantilização”. Portanto, “[...] manter a crença na assexualidade reflete um preconceito social que não quer ver e reconhecer que, como seres humanos, pessoas com deficiência intelectual são pessoas sexuadas” (MAIA, RIBEIRO, 2009, p. 24).

Já em relação ao mito de que pessoas com Síndrome de Down podem ser hiperssexuadas, Maia (2006) evidencia que alguns comportamentos se dão de forma

grosseira, não apenas pelo fato deste comportamento estar relacionado à deficiência, mas também por estas pessoas não receberem nenhum tipo de ensino voltado à sexualidade. Tal ensino possibilitaria o aprendizado de um comportamento mais adequado frente aos seus sentimentos, pois é especialmente na puberdade e na adolescência que se expressam os desejos nas situações mais diversas, caso nada lhes for ensinado, seus comportamentos sempre serão entendidos como inadequado pelo meio social.

Complementando esta ideia

nós também temos desejo e vontade de fazer muitas coisas, abraçar os outros, beijar pessoas bonitas, esfregar nosso corpo em alguém ou em algo que nos dê prazer, agarrar um galã de novela na rua, obrigar a todos a serem nossos amigos etc. Mas como vamos crescendo no meio de modelos, existe a educação dos adultos sobre como nos comportar, tendemos a adequar nosso desejo respeitando algumas regras sociais, inclusive aquelas que envolvem a conquista amorosa e sexual (MAIA, RIBEIRO, 2009, p.26).

Outro mito apontado por Maia (2006) é a crença errônea de que todos os indivíduos com deficiência intelectual são iguais, ou seja, entendem que todas as pessoas com deficiência intelectual têm as mesmas características sociais, assim como as mesmas limitações, para tanto a autora esclarece que

[...] todavia ainda que todas as pessoas com deficiência mental apresentem um comprometimento cognitivo, em diferentes graus, preservam a dignidade humana e, como tal sua expressão pessoal depende de condições psicossociais diversas, impossíveis de serem sempre homogêneas (MAIA, 2006, p.100).

Do mesmo modo, outra crença errônea que influencia o pensamento da sociedade é a ideia de que a deficiência mental é sempre hereditária, ou seja, que a mesma pode ser transmitida à sua descendência. Este mito gera um grande equívoco, o temor da herança genética é o grande “fantasma perturbador que parece justificar que a sociedade mantenha os deficientes à margem da vida afetivo-sexual” (AMOR PAN, 2003 *apud* MAIA 2006, p.100).

Torna-se necessário enfatizar que a mentalidade eugênica, se mostrou bastante forte em várias sociedades, repercutindo por sua vez na esterilização e também na proibição do casamento entre deficientes mentais. Hoje não se tem mais o pensamento eugênico, ou o mesmo não é assumido, porém quando o assunto é casamento, ou formação de família por parte dos deficientes mentais, a sociedade demonstra vários desconfortos.

Como aponta Amor Pan (2003 *apud* MAIA, 2006, p.101),

A consequência dessas afirmações é bastante óbvia. Considera-se que, em virtude dos grandes princípios morais, deve-se procurar, por todos os meios disponíveis, fazer que as pessoas portadoras de deficiência mental se mantenham afastadas de qualquer contato que possa desembocar numa relação sexual, e, por conseguinte, numa descendência. A razão reside em que esses filhos inevitavelmente seguiriam os passos de seus progenitores e aumentariam a já pesada carga que a família e a sociedade em seu conjunto têm de suportar. [...] continua a ser causa suficiente para negar sua vida afetiva, em especial no caso das mulheres, que veem muito mais dificultado o acesso a toda essa dimensão de sua condição humana, em virtude do medo de uma gravidez não desejada (AMOR PAN, 2003 *apud* MAIA, 2006, p.101).

Neste ponto, cabe ressaltar a importância desta pesquisa em relação à necessidade destas orientações tanto no meio familiar quanto educacional, pois, como salientam Maia e Ribeiro (2009), o que está faltando são estratégias educacionais que tenham como objetivo ensinar os comportamentos aceitos socialmente.

A respeito da falta de estratégias educacionais,

É na escola que os educadores percebem a manifestação da sexualidade em suas mais variadas formas, e considerando o seu papel aglutinador em grupos etários semelhantes, torna-se um espaço excelente para se lidar com temas importantes para a formação do indivíduo. A escola reflete os padrões e normas de comportamentos vigentes na sociedade, reproduzindo muito do que se passa, no âmbito familiar. E como a família, a escola se omite, reprime ou nega os problemas de ordem sexual que surgem entre seus adolescentes e jovens (MAIA, RIBEIRO, 2009, p.82).

Segundo os autores, muitos dos comportamentos que expressam a sexualidade como, por exemplo, a masturbação, os jogos sexuais, as perguntas relacionadas à sexualidade que ocorrem nas crianças e nos jovens, independente de sua condição biológica, se tornam verdadeiros problemas quando partem de indivíduos com deficiência intelectual, tanto no âmbito familiar, quanto no escolar, conforme apregoado acima.

3 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Refletindo sobre todos os caminhos acima percorridos, certamente deparar-se-á com uma incógnita: como conduzir estas emoções, estes comportamentos, que por sua vez geram conflitos tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito educacional?

Para Almeida (2008), a família – sobretudo os pais –, são as pessoas mais indicadas para atender e entender estas necessidades, pela razão de conhecerem o filho na íntegra, proporcionariam os meios e cuidados necessários para ajudá-los a superarem mais este desafio. Os pais, por sua vez, mesmo que preocupados, devem permitir que seus filhos

ingressarem em um mundo complexo, que é o caminho do ciclo da vida e, assim, deixá-los crescer faz parte do processo de maturidade das experiências.

A família neste momento necessita de um suporte para explorar seus temores, suas resistências, negações e ansiedades relacionadas à sexualidade destes adolescentes, necessitando de orientações específicas, que nas palavras de Almeida (2008), contribuirão para traçar planos futuros para a nova etapa de seu filho.

Para tanto “a educação sexual deve fazer parte da construção gradativa do ser humano, favorecendo uma personalidade psicologicamente sadia e socialmente adequada” (ALMEIDA, 2008, p.6).

Pensando nesta situação Melo; Freitas; Brasil (*apud* RIBEIRO; FIGUEIRÓ, 2006) enfatizam que os educadores estudam para contribuir na formação de uma pessoa livre e plena, buscando uma educação íntegra do ser humano, para que o mesmo seja sujeito da sua própria história, participando também da construção da história do seu próprio tempo. Porém, não podemos esquecer que este sujeito é um ser sexuado, que se relaciona com outros sujeitos também sexuados.

Com relação a questão do acesso à educação sexual e a discussão da saúde e da sexualidade, Maia (*apud* RIBEIRO, 2004) enfatiza que deveriam ser um direito assegurado a todas as pessoas, incluso nas propostas educativas de diferentes instituições educacionais, assim como deveriam ser estendidos a todos os cidadãos.

Contudo, Nunes & Silva (2000 *apud* MAIA, 2004) afirmam que a temática educação sexual nas escolas sempre se mostrou polêmica no cenário educacional brasileiro. Atualmente, iniciativas acerca da educação sexual nas escolas têm sido mais frequentes.

Com o surgimento de propostas para reforma do sistema educacional brasileiro, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Tais parâmetros são constituídos por uma série de propostas educativas, firmadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, com a função de “apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (PCN, BRASIL, 1997, p.2). Este documento traz em seu bojo alguns temas denominados como transversais, e dentre estes a Orientação Sexual⁶.

Verificando na prática este tema não é executado de forma viável, pois esta educação sexual é passada apenas com um modo de se prevenir da gravidez indesejada ou do contágio

⁶ Ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais, assim como em alguns textos de autores consultados fazem uso da expressão “orientação sexual”, optou-se por substituí-la por “educação sexual”, por ser um termo mais condizente com a terminologia dos dias atuais.

de doenças sexualmente transmissíveis. Desta forma, a escola acaba reproduzindo a noção de que a sexualidade se restringe ao sexo, fato que pode ser considerado como um equívoco. Uma outra explicação seria que, na maioria das vezes, devido às dificuldades cotidianas das escolas públicas brasileiras, tais propostas não são nem executadas, conforme Nunes & Silva (2000 *apud* MAIA 2004, p.165) enfatizam que,

[...] têm dúvidas quanto à viabilidade e a eficácia dos temas transversais, especialmente o da sexualidade, considerando as dificuldades metodológicas dos suportes teóricos e, sobretudo, a formação deficitária do professor que irá se deparar com esses desafios (NUNES & SILVA, 2000 *apud* MAIA 2004, P.165).

Maia (*apud* RIBEIRO, 2004) esclarece que uma educação sexual adequada deveria dar ênfase tanto ao aspecto social quanto ao cultural, trabalhando os indivíduos em suas particularidades sem perder de vista o coletivo, devendo fornecer informações que abordem diferentes eixos, considerando a sexualidade em sua ampla dimensão, tendo por objetivo contribuir para a vida, à saúde e o bem estar de cada indivíduo.

O educador neste processo assume alguns papéis essenciais como concorda Maia (*apud* RIBEIRO, 2004), pois assume o papel de fazer o planejamento deste programa de educação sexual, sempre levando em conta os interesses manifestados pelos jovens. Nesse sentido, deve sempre estar disposto a buscar informações, literaturas, materiais que abordem este assunto. Além de estar aberto às informações sem preconceito, estar seguro de seu papel como educador, manter-se ético, respeitando valores, crenças e idéias, procurando analisar o contexto histórico e social, adequando as informações obtidas para o público que quer educar e sempre estar consciente de qual objetivo pretende atingir com a sua proposta.

Trabalhar com todos estes aspectos não é uma tarefa simples devido à necessidade de professores preparados, que não tenham valores preconcebidos. Talvez neste aspecto encontra-se uma das maiores preocupações acerca de se trabalhar com esta temática no âmbito educacional, pois como argumentam Nunes & Silva (2000 *apud* MAIA, 2004), tratar de sexualidade na escola exige um alicerce científico e humanista que supere o senso comum. Para que os professores possam compreender a manifestação da sexualidade de seus educandos e educá-los em relação a isso, é preciso que tenham clareza tanto da abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade humana, quanto da compreensão científica do desenvolvimento psicosssexual.

É necessário enfatizar que, de modo geral, não há nos cursos de formação docente a disciplina sexualidade humana. Segundo Araújo (1997 *apud* MAIA, 2004), a inexistência de

disciplinas específicas de sexualidade humana nos currículos dos cursos de formação é uma das facetas em que se evidencia a repressão sexual. Cabe destacar que alguns cursos de formação já estão quebrando estas barreiras e incluindo em seus currículos disciplinas que abordam este tema, como confirmam os autores Serapião & Silva (1996) e Maia (2000), cujas inclusões estão demonstrando resultados promissores.

O fato é que incluir disciplinas que abordem esta temática é o primeiro passo de um promissor avanço, não podendo desvincular a necessidade de diálogos. Isto é, a necessidade de discussões que promovam um maior envolvimento de toda a comunidade, gerando, assim, a mudança de estereótipos e preconceitos, que contribuirão de forma efetiva para uma melhor aceitação desta abordagem em todas as áreas e modalidades educacionais, que, como podemos observar, é de suma importância.

4 METODOLOGIA

Um estudo qualitativo foi realizado visando entender como os pais dos adolescentes com Síndrome de Down, bem como os professores lidam com a sexualidade de seus filhos e alunos. Este estudo se alocou com pais e professores de alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ), localizada na cidade de Maringá, estado do Paraná.

Os sujeitos de nossa pesquisa foram os pais e professores de alunos entre 12 e 15 anos de idade. Para tanto, a instituição enviou o comunicado da pesquisa para todos os pais com filhos desta faixa etária, para que os mesmos optassem por participar ou não da pesquisa, da mesma forma se prosseguiu com os professores da referida instituição.

Este estudo se deu por intermédio de entrevistas semi-estruturadas, dirigidas individualmente. A respeito desta modalidade de pesquisa Triviños (1987 *apud* MANZINI, 2004) ressalta que a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos, que se apóiam em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema e objetivos propostos pela pesquisa. Estes questionamentos, por sua vez, contribuiriam para o surgimento de novas hipóteses, a partir das respostas dos informantes.

Para Manzini (1990 *apud* MANZINI, 2004), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual se faz uma confecção de um roteiro com perguntas principais, sendo complementadas no momento da entrevista. Isso contribui para que se possam obter informações mais livres, pelo fato de as respostas não estarem padronizadas a uma série de alternativas, servindo também como uma espécie de roteiro organizacional para que o pesquisador se organize no processo de interação com o pesquisado.

Após a aprovação da pesquisa no Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP), da Universidade Estadual de Maringá, sob o nº 159/2011 iniciou-se a coleta de dados, que foi realizada por meio de entrevistas que se direcionaram da seguinte maneira:

1. Entrevista semi-estruturada e dirigida individualmente, elaborada para os pais, cujos objetivos eram: identificar suas opiniões acerca da sexualidade das pessoas com Síndrome de Down; evidenciar se os pais percebem ou não a curiosidade e os comportamentos de seus filhos a respeito da sexualidade; questionar se os mesmos se sentem preparados para lidarem com esta temática e, por fim, verificar a opinião dos mesmos a respeito de se trabalhar o tema sexualidade na escola.

2. Entrevista semi-estruturada e dirigida individualmente, elaborada para os professores, cujos objetivos eram: identificar suas opiniões acerca da sexualidade das pessoas com Síndrome de Down; evidenciar se os professores percebem ou não as curiosidades e comportamentos de seus alunos a respeito da sexualidade; questionar se os mesmos trabalham com esta temática em sala de aula; verificar se os professores se sentem capacitados para trabalharem com os temas relacionados à sexualidade e, por fim, verificar a opinião dos mesmos a respeito da necessidade de trabalhar esta temática no meio escolar.

Os locais utilizados para a aplicação das entrevistas ficaram a critério dos entrevistados, podendo ser realizadas tanto na instituição, quanto em suas residências.

As análises dos dados foram feitas a partir da caracterização e apresentação das respostas dadas tanto pelas mães quanto pelas professoras, assim como a comparação entre estas respostas e a análise qualitativa das mesmas.

5 RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com três mães e quatro professoras, que se interessaram em participar. É necessário enfatizar que o convite para a pesquisa foi feito a todos os pais e mães, assim como os professores de alunos com a faixa etária entre 12 e 15 anos da referida instituição.

Em seguida, seguem dois quadros que retratam de forma bastante imediata quais foram as respostas que foram obtidas com a pesquisa, que se divide em dois momentos, no

qual o primeiro evidencia os dados relativos às mães entrevistadas, enfatizamos “mães”, pois nenhum pai se mostrou interessado em participar da pesquisa, e em um segundo momento se evidenciam os dados relativos às professoras entrevistadas, cabendo também ressaltar que nenhum professor se interessou em participar da pesquisa.

Questionamentos	Mãe Indivíduo A	Mãe Indivíduo B	Mãe Indivíduo C
Opinião acerca da sexualidade da pessoa com Síndrome de Down	Aguçada.	É diferenciada, pois eles são “puros” e “ingênuos”.	É igual a de quaisquer outras pessoas.
Seu filho já demonstrou curiosidades acerca da sexualidade?	Relatou que verbalmente não, mas que sempre o encontra se masturbando.	Relatou que seu filho nunca demonstrou curiosidades acerca da sexualidade. “Apenas uma vez o encontrei se masturbando”.	Relatou que sim, porém nunca verbalmente, suas curiosidades são mais com o seu próprio corpo e comportamento, pois o mesmo se masturba com frequência.
Qual sua reação a respeito?	Não respondeu.	Disse que explicou para seu filho que não se pode fazer “isso” (masturbar), porém se o mesmo apresentar muita vontade deve fazê-lo no banheiro.	Disse não saber se portar diante destes acontecimentos.
Você se sente preparada para lidar com temas relacionados à sexualidade?	Alega não se sentir preparada	Diz se sentir preparada, pois alega ser uma mãe esclarecida.	Alega não se sentir preparada, se sente bastante insegura.
Opinião a respeito de se trabalhar o tema sexualidade na escola	Crê ser bastante importante sim, principalmente nos dias atuais.	Crê ser bastante importante este trabalho na escola juntamente com a família.	Crê ser extremamente importante e além de tudo, necessário.

Quadro 1 – Comparativo e descritivo dos dados relativos às mães entrevistadas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Questionamentos	Professora A	Professora B	Professora C	Professora D
Opinião acerca da sexualidade da pessoa com Síndrome de Down	A mesma se difere pelo grau de comprometimento do sujeito com Down.	É aguçada.	Acredita que estes sujeitos apresentam a sexualidade 'descontrolada'	Entende que os mesmos têm desejos, porém que não devem ser expostos perante a sociedade.
Seus alunos demonstram curiosidades a respeito da sexualidade?	Relatou que em alguns momentos, demonstram reações a respeito das partes genitais.	Relatou que não.	Não percebeu nenhuma curiosidade acerca do assunto em sala de aula.	Não soube responder.
Você trabalha com questões relacionadas à sexualidade em sala de aula?	Disse que apenas se o setor a orientar.	Disse que não.	Disse que não. Trabalha apenas com conteúdos sobre o desenvolvimento do corpo humano.	Disse que sim, porém mais com as questões sobre higiene.
Opinião a respeito de se trabalhar o tema sexualidade na escola	Entende que é necessário abordar este tema no ambiente educacional, contanto que o mesmo esteja ligado aos cuidados com o corpo.	Entende que este trabalho no meio escolar é necessário.	Entende que este trabalho é importante, contanto que seja feito com profissionais da área da Psicologia.	Entende que este trabalho é importante, e que o mesmo deve ocorrer juntamente com a ajuda familiar.
Você se sente capacitado para lidar com temas relacionados à sexualidade?	Diz sentir-se capacitada para tratar desta temática.	Diz sentir-se capacitada para tratar desta temática.	Diz sentir-se despreparada.	Diz sentir-se despreparada.

Quadro 2: Comparativo e descritivo dos dados relativos às professoras entrevistadas.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos dados expostos podem-se tecer alguns comentários e entendimentos acerca das entrevistas realizadas, dividindo-as em dois momentos, sendo o primeiro as entrevistas com as mães dos adolescentes e o segundo com as professoras.

Acerca das entrevistas realizadas com as três mães (Quadro 1), podemos evidenciar pensamentos diversos a respeito da sexualidade das pessoas com Síndrome de Down, estes por sua vez confirmam a ideia exposta por Maia (2006), quando enfatiza as crenças errôneas acerca da sexualidade do indivíduo com Síndrome de Down, ou seja, a ideia de que este indivíduo é “assexuado” ou “hipersexuado”.

Como observa-se nos relatos das mães, duas delas demonstraram este pensamento equivocado acerca da sexualidade de seus filhos, sendo que apenas uma mãe entende a sexualidade da pessoa com Síndrome de Down como sendo igual a qualquer outra.

Estes resultados provocam reflexões sobre a contribuição de Braga (2008), quando alude que tanto a expressão, quanto a compreensão da sexualidade, são permeadas de tabus, preconceitos e mitos, que contribuem de forma efetiva para o entendimento que o indivíduo terá da sexualidade, pois como esclarece Chauí (1984 *apud* BRAGA, 2008), a sexualidade está vinculada aos fenômenos sociais e culturais.

Quanto o relato das mesmas a respeito das curiosidades apresentadas ou não por seus filhos, assim como suas respectivas reações, podemos evidenciar que todas fizeram menção de que estas curiosidades nunca foram formalizadas verbalmente por seus filhos, porém o contato com o corpo e a masturbação esteve presente em todas as falas e, neste aspecto, as mesmas evidenciaram não saber agir mediante estas manifestações.

Acerca da questão que se refere às curiosidades apresentadas pelos filhos e quais as reações manifestadas pelas mães, Maia e Ribeiro (2009) apontam de forma bastante clara, a necessidade de estratégias educacionais e familiares que visem ensinar a estes adolescentes, os comportamentos que são aceitos socialmente. Por exemplo, a masturbação, que foi o ato mais citado pelas mães, ocorre com todos os adolescentes, independente de sua condição biológica, porém se torna um problema quando parte de um indivíduo com deficiência intelectual, pois não é levado em conta que os mesmos também têm seus desejos e prazeres sexuais. Por outro lado, Maia e Ribeiro (2009) expõe que isto não é explicado no contexto familiar, nem no educacional, e devido a essa falta de conhecimento, o adolescente tem seu comportamento mal interpretado e, na maioria das vezes, banalizado pela sociedade.

De forma unânime todas as mães, alegaram a importância em trabalhar a temática sexualidade no âmbito escolar juntamente com a família, no qual a maioria sente-se despreparada para tratar de assuntos relacionados à sexualidade.

O entendimento das mães a respeito da necessidade em trabalhar este assunto no âmbito educacional e familiar já é um grande avanço, o que confirma o argumento de Almeida (2008), a educação sexual deve fazer parte da vida do ser humano.

Já nas entrevistas realizadas com as quatro professoras (Quadro 2) que se dispuseram participar da pesquisa, tornou-se claro alguns resultados bastante peculiares, que se encaixam nas discussões realizadas no decorrer deste artigo.

No depoimento das professoras percebemos as crenças equivocadas e os tabus que perpassam o tema sexualidade e Síndrome de Down, no qual as mesmas apresentaram as ideias de que estes sujeitos são “hipersexuados”. Além disso, que o desejo dos mesmos não deve ser exposto perante a sociedade. Estas constatações ilustram mais uma vez as crenças equivocadas citadas por Maia e Ribeiro (2006, 2009), reforçando os dois mitos relacionados à sexualidade das pessoas com Síndrome de Down e que também foram estudados por Giami e D`Allones, em 1984.

A respeito das curiosidades apresentadas ou não em sala de aula, duas das professoras, destacaram que, não percebem nenhuma curiosidade por parte dos alunos acerca desta temática. Uma professora não soube responder a esta questão e outra professora relatou que em sua turma se destacam curiosidades voltadas aos órgãos genitais. Neste aspecto, Nunes & Silva (2000 *apud* MAIA, 2004), aludem que para que os professores percebam as manifestações sexuais de seus alunos e os eduquem para isso, é necessário um alicerce científico, um conhecimento do assunto, culminando na deficiência dos cursos de formação. Tais cursos deveriam ofertar disciplinas que abordem esta temática, dado que a sexualidade se manifesta desde a educação infantil até a terceira idade, em pequenos atos ou curiosidades.

Quando questionadas a respeito da necessidade de trabalhar este tema no ambiente escolar e se as mesmas trabalham com estas questões em sala de aula, as respostas foram unânimes em relação à necessidade de trabalhar esta temática na escola. Entretanto, quanto ao trabalho com o tema em sala de aula, três das professoras entrevistadas, disseram não trabalhar com esta temática em sala de aula. Uma evidenciou que trabalhou com este tema, porém voltado aos aspectos higiênicos, e outra, mencionou apenas trabalhar mediante ordens do setor pedagógico. Dentre estas quatro profissionais, duas acreditam estar preparadas para lidar com esta temática e outras duas relataram que estão despreparadas.

Quanto ao trabalho das professoras com esta temática em sala de aula, a partir das entrevistas podemos constatar que todas têm consciência de que este trabalho deve ser feito. No entanto, algumas destas professoras disseram sentirem-se despreparadas, devido à falta de formação acadêmica e até pessoal.

Amor Pan (2003) explica que trabalhar o tema sexualidade não é fácil, sendo que vincular sexualidade e deficiência intelectual se torna mais complexo ainda, pois na maioria dos ideários, a sexualidade destas pessoas ainda é tida como um grande problema.

Quando se leva este assunto para a sala de aula, se torna necessário um comprometimento do professor quanto à necessidade de educar sexualmente. Os educadores devem buscar formar sujeitos emancipados, lembrando que este direito se estende a todos, independente de credo, etnia, posição social, condição biológica ou física, cujo direito à sexualidade também é um atributo para a formação deste sujeito emancipado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do material analisado, apresentaram-se algumas considerações acerca da sexualidade em adolescentes com Síndrome de Down. Como o objetivo deste trabalho é buscar desmontar os mitos e tabus existentes acerca da sexualidade da pessoa com Síndrome de Down, tendo como foco os adolescentes, assim como esclarecer a importância de profissionais capacitados para lidarem com estas manifestações, ao longo deste material visou-se contribuir para uma formação humana de fato emancipatória. Para isso, entendendo estes sujeitos como figuras sociais e, portanto como seres sexuados.

Observamos que as próprias mães e professoras entrevistadas conhecem a necessidade e a complexidade de se trabalhar com este tema no âmbito escolar, pois as mesmas, em sua maioria, se sentem despreparadas para lidar com as manifestações sexuais de seus filhos ou alunos. Por consequência disto, acabam-se reafirmando as crenças errôneas que são mantidas em torno da sexualidade das pessoas com Síndrome de Down, crenças estas que de acordo com os autores estudados e mencionados, contribuem para a formação de uma ideologia preconceituosa, que abrange boa parte da sociedade, começando pela própria família.

Com as pesquisas bibliográficas, assim como a análise das entrevistas, evidencia-se a real necessidade de se incluir disciplinas que abordem este tema nos cursos de formação, prioritariamente o curso de Pedagogia, para que se possam formar profissionais capacitados para trabalhar esta temática, não apenas na modalidade especial que é o foco deste trabalho, mas profissionais capacitados que possam começar a formar esta identidade sexuada que tanto é reprimida desde a Educação Infantil. Para que um dia possamos mudar os ideários sociais que nos são postos, para que enxerguemos de uma forma mais humana e igualitária e que possam obter satisfação sexual e prazerosa em suas vidas, minimizando o caráter de repressão e desconhecimento dos futuros pedagogos.

Tal proposta se torna necessária na Educação Especial para que os indivíduos com deficiência consigam realmente ter uma inclusão não apenas no ponto de vista social, mas também no âmbito individual, uma inclusão que respeite seus desejos e que não apenas lhe imponha limites.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **A expressão da sexualidade das pessoas com Síndrome de Down.** 2008. Disponível em: <<http://www.rioei.org/deloslectores/2101Almeida.pdf>>. Acesso em 22 de maio de 2011.

AMOR PAN, José Ramón. **Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental.** São Paulo: Loyola, 2003.

BRAGA, Eliane Rose Maio. **“Palavrões ou palavras: um estudo com educadoras/es sobre sinônimos usados na denominação de temas relacionados ao sexo.** 2008, 240f. (Tese de Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

DAMASCENO, Karina Latorre Castro; CUNHA, Márcia Chaves; STREIT, Carla. **Síndrome de Down.** Disponível em: <http://www.aprendizagensignificativa.com.br/inclusao/SINDOME_DE_DOWN_ESTUDO_GENETICO.pdf>. Acesso em 04 de ago. de 2011.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Orientação Sexual na Escola. *In:* RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade e Educação:** aproximações necessárias. Arte & Ciência Editora, 2004, p.153-179.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e Deficiências.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Sexualidade e deficiência física: reflexões sobre a repressão sexual. *In:* RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Cultura e educação sexual:** propostas para reflexão. Araraquara: FCL UNESP: Cultura acadêmica, 2006 p.67-87.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Orientação sexual e**

Síndrome de Down: esclarecimentos para educadores. Bauru – SP: Joarte /UNESP, 2009.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Relatos de professores sobre manifestações sexuais dos alunos com deficiência** 2009. Extraído de <http://www.bengalalegal.com/manifestacoes-sexuais>. Acesso em 22/05/2011.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros, 2004. Programa de Pós-Graduação em Educação. Unesp, Marília. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>. Acesso em 10 de set. de 2011.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade e educação sexual:** apontamentos para uma reflexão. Araraquara – SP: Cultura Acadêmica, 2002.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Corpos, escola & sexualidade:** um olhar sobre um programa de orientação sexual. 2008, p.26-28. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp118510.pdf>. Acesso em 15 de ago. de 2011.

TRAVASSOS, F. Rodriguez. **O que é a Síndrome de Down.** Disponível em: <http://www.portalsindromededown.com.br/orquesd.php>. Acesso em 25 de ago. de 2010.